

# **A chaga aberta da Palestina e o mal da "razão do Estado" consumindo a inteligência judia**

## O grito inaudível

Assim como muitas pessoas, e em meio ao espanto que vai tomando conta da opinião pública, assisto ao insuportável espetáculo do massacre do povo palestino. A exibição da agressão letal pretende nos impor a certeza de que nada, nenhum esforço, conseguirá se interpor entre o poder de morte do Estado de Israel e o povo condenado. Esse espetáculo de arbitrariedade é também o espetáculo da decadência moral e jurídica do Ocidente.

Como tantas pessoas nestes dias, tento gritar, mas o grito não se ouve, parece jamais chegar a seu destino. Grito inaudível, como aquele da eficaz pintura de Edvard Munch, que resulta para sempre inesquecível por retratar o grito moderno, o grito isolado próprio da situação de fragmentação existencial que Hannah Arendt magistralmente distinguiu da experiência da solidão. O incrível fenômeno da inaudibilidade do grito indica que mergulhamos, sem perceber, na incomunicabilidade própria de toda atmosfera totalitária, com seu estado de sítio midiático, com sua linguagem eufemística, com o encapsulamento dos sujeitos.

A grita geral que se condensa em textos, como este, convulsivos, desassossegados, desvelados, não sai da boca nem alcança seus interlocutores. Não consegue interromper a ação exterminadora de seus destinatários. A escrita é intransitiva. Aquela que Roland Barthes definira e outros consideraram a

única forma de expressão legítima da experiência concentra-  
cionária, única capaz de captar este presente de intempérie  
extrema, intraduzível, *bewilderness* – seja física para aqueles  
que, em seu minúsculo e torturado território-lager, morrem  
sua morte de ferro, dor, fome e frio, ou moral e espiritual,  
como a de todos nós, incluindo os próprios algozes, em seu  
aparente júbilo.

Este padecimento incontornável e inconsolável é algum *déjà-  
-vu*, uma experiência que remete a um passado não distante  
no qual vozes também desoladas tentaram insurgir-se contra o  
ferro e o fogo do extermínio de outro povo. É indiscutível a se-  
melhança, tanto na ação quanto na reação desencadeada, com  
o evento da invasão do Iraque;<sup>1</sup> naquela época, não foi pos-  
sível deter os gritos eminentes e assombrosamente inaudíveis  
– por serem inócuos – de autores como Gabriel García Már-  
quez, José Saramago, Gore Vidal, Mario Benedetti, Eduardo  
Galeano, Harold Pinter, Susan Sontag, John le Carré ou Noam  
Chomsky. Nada conseguiu, naquela ocasião, interromper o  
avanço da letalidade estadunidense. Eloquentemente fora, naque-  
les dias ainda próximos, a carta-resposta do diretor do jornal  
uruguaio *La República*, Federico Fasano, para o embaixador  
estadunidense no Uruguai, publicada em separata do mesmo  
jornal no dia 30 de março de 2003. A carta desvendava, uma  
por uma, exaustivamente, as numerosas coincidências entre os  
Estados Unidos pós-11 de setembro e a Alemanha nazista. Crí-  
ticas ferozes e convincentes que pouco significaram diante do  
avanço do fogo genocida.

Vozes otimistas alçaram-se para afirmar que nunca a opinião  
pública mundial alcançara tal nível de lucidez a respeito do  
poder imperial, que o protesto popular havia anos não mos-  
trava uma vitalidade tão grande. Milhões de pessoas foram  
às ruas para se manifestar contra o absurdo. Nunca, segundo

1 A invasão do Iraque pelos Estados Unidos aconteceu em março de 2003. (N.E.)

os analistas, o capital simbólico e o capital moral dos Estados Unidos da América haviam caído a níveis tão baixos; no entanto, se os textos eminentes tivessem podido, como se acreditou, aceder às consciências e chacoalhá-las, o horror de ontem e de hoje teria sido interrompido. A única e maior diferença entre a irracionalidade contemporânea e a da Alemanha da Shoah é que, hoje, a evidência se encontra exposta. E há o grito da opinião pública perante essa evidência. Porém, o grito, por alguma razão que ainda devemos examinar, tornou-se inaudível, e o clamor, surdo. Todas as soberanias foram suspensas e os direitos e recursos de todos os povos alienados quando o poder de morte foi consagrado como única lei, aos olhos do mundo, com a invasão do Iraque e, hoje, com a devastação de Gaza. Uma mecânica primordial, zoológica e primitiva aflorou e desbancou a gramática inteligível das leis humanas quando não houve limite para o poder exterminador do Norte, agora desdobrado no braço de Israel. O que hoje presenciamos é parte da mesma lição de anomia imperial e a emergência da capacidade bélica letal e genocida de um povo sobre outro como procedimento único. Como isso é possível? Ou, como na epígrafe escolhida por Hannah Arendt, citando David Rosset, como “tudo é possível”? E ainda: como representar esse “tudo” das possibilidades, como comunicá-lo e barrá-lo? Como encontrar a palavra eficiente quando a sintaxe que organiza toda a narrativa tenta capturar o monstro agramatical, o mecanismo exclusivo da força bruta e toca no substrato pétreo do pré-humano, do inumano, do inenarrável e indescritível?

Vozes de autores de descendência judaica total ou parcial, como eu, elevam-se uma após a outra, tentando, sem sucesso, denunciar o papel desempenhado pelo Estado de Israel ao mergulhar a humanidade na barbárie da lei do mais forte. Não poderiam nunca ser judeus aqueles que rasgam a preciosa malha do tecido humano, sendo que foi em nome de seu povo que o Ocidente tentou um pacto universal. Mas caem no vazio as repetidas advertências de Norman Finkelstein, Ilan Pappé, Tony Judt, Daniel

Barenboim, Juan Gelman, León Rozitchner, Ricardo Forster, Gilad Atzmon, entre muitos outros que não aceitam se identificar com o belicismo antipalestino. Parece inevitável, no entanto, que coletividades nacionais de judeus sem qualquer conexão com a postura bélica em questão se tornem também reféns e vítimas, elas próprias, ao ficar expostas a um julgamento público cada dia mais irado e nem sempre instruído para compreender a distância existente entre elas e os cúmplices do poder imperial que administram o precário Estado de Israel. A carta que Albert Einstein escrevera já em 1929 para o sionista Georg Weissman é comumente citada salientando a importância de construir uma convivência harmônica com os árabes. Menciona-se que foram judeus sem Estado e sem lealdades nacionais mesquinhas aqueles que prodigalizaram a toda humanidade os dons de sua fecunda imaginação intelectual e libertária para toda a humanidade. Revisam-se as páginas de Hannah Arendt, como sua exploração das simplórias entranhas do Mal expostas no julgamento de Eichmann<sup>2</sup> em Jerusalém: nela nos assomamos à afinidade natural entre o projeto nazista da deportação em massa dos judeus – a assim chamada “primeira solução” – e o projeto sionista inaugurado por Theodor Herzl.<sup>3</sup>

Mas todos os apelos e narrativas esbarram numa impossibilidade, que é a própria impossibilidade da representação: o Mal não pode ser representado, porque a narrativa somente pode veicular, comunicar, aquilo que obedece à estrutura que doa sentido, à lógica humana, à racionalidade e à gramaticalidade própria de toda linguagem. Fora disso, batemos numa porta falsa, emitimos sons fadados ao silêncio. O que dissermos não conseguirá captar o horror dos sucessos, porque os sucessos são tão ininteligíveis quanto o próprio abismo da morte. Ante a impossibilidade de significar o vazio da lei (“esse nada

2 Em 1961, Hannah Arendt acompanhou o julgamento em Jerusalém de Adolf Eichmann, oficial nazista responsável pela deportação de milhares de judeus para os campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. A partir dessa experiência escreveu o livro *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. (N.E.)

3 Theodor Herzl (1860-1904) é considerado o pai do sionismo político. (N.E.)

que nos subjuga” na ordem burocrática autoritária), explica Martín Hopenhayn em seu sutil ensaio sobre o autor de *O Castelo*,<sup>4</sup> o texto kafkiano recorre à mimese e à reificação. Nenhuma linguagem referencial, “nenhuma adequação da linguagem à coisa” resultaria eficiente. Foi essa impossibilidade de representar a suspensão de toda lei que Schönberg alegorizou em *Um sobrevivente de Varsóvia*, obra composta para narrador, coro e orquestra, na qual se descreve o caminho de um grupo de prisioneiros de um campo de concentração alemão até a câmara de gás. A composição textualiza o percurso dos prisioneiros, porém, quando alcança o momento de horror supremo, Schönberg se cala e a narrativa se detém para dar lugar à voz coletiva. Escuta-se, então, não mais a voz autoral do compositor, mas sim o hino judaico Shemá Israel, cujo texto está em hebraico com algumas partes em alemão: apenas o coletivo ancestral pode substituir o silêncio abissal do inenarrável.

O Holocausto – palavra que eu preferiria utilizar no plural para dar conta de outros extermínios, incluindo o que agora testemunhamos –, como é discutido na obra coletiva organizada por Saul Friedländer, *Probing the Limits of Representation: Nazism and the Final Solution*,<sup>5</sup> nos coloca perante a questão do inenarrável e do inimaginável, do incomunicável daquilo que, pela monstruosidade, recai fora do domínio do humano e, como tal, evade a representação. A invasão do Iraque e o genocídio de Gaza fazem parte do mesmo grupo de eventos que suspendem toda gramática humana, que ignoram todo contrato. Daí a dificuldade dos textos em tentar gerar a consciência necessária para abalar a ordem genocida e interromper a matança.

Outro judeu notável, George Steiner, afirmou, em seu ensaio

4 M. Hopenhayn, *Por qué Kafka?: poder, mala conciencia y literatura*, 1983. (N.A.)

5 S. Friedländer, *Probing the Limits of Representation: Nazism and the Final Solution*, 1992. (N.A.)

sintomaticamente chamado “pós-escrito”, parte da obra *Linguagem e silêncio: ensaios sobre a crise da palavra*: “Pois é coisa certa, de modo algum, que o discurso racional possa lidar com tais questões, estando como estão, fora da sintaxe normativa da comunicação humana, no domínio explícito do bestial.”<sup>6</sup> Toda narrativa é ordenamento e, portanto, estetização. Isso representa um limite para a possibilidade de tornar o Mal comunicável.

Se a palavra é inócua diante da barbárie, se a retórica dos textos não alcança nem toca nos ouvidos da Besta e não consegue chacoalhar o marasmo das multidões atônitas, não haverá saída: somente a força bruta restará para se opor à força bruta. O ataque de Israel estará fadado a outorgar validade à luta do Hamas. Trata-se de um teorema sociológico.

## Bibliografia

ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

HOPENHAYN, M. *Por qué Kafka?: poder, mala conciencia y literatura*. Buenos Aires: Paidós, 1983.

FRIEDLANDER, S. *Probing the Limits of Representation: Nazism and the Final Solution*. Harvard: Harvard University Press, 1992.

STEINER, G. *Linguagem e silêncio: ensaios sobre a crise da palavra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

6 G. Steiner, *Linguagem e silêncio: ensaios sobre a crise da palavra*, 1998, p. 198. (N.A.)

## “Somos todos Palestina”: a literalidade insuspeitada da consigna<sup>1</sup>

A violência de Israel sobre a Palestina está sendo desatada ciclicamente e cada vez com maior ferocidade. No entanto, os danos de 2014<sup>2</sup> estão mais expostos do que nunca, pois, apesar da agenda da maioria dos meios de comunicação do mundo, as imagens falam claramente por si mesmas. A embaixadora de Israel na Argentina se apresenta em um canal de televisão e repete, como único argumento: “O Estado de Israel está preocupado com a segurança de seus cidadãos.” As imagens mostram que é a *Palestina que se encontra indefesa, sem segurança e entregue a um Estado cruel e a um projeto colonial despojador e genocida, projetado pela Inglaterra com aprovação de seus aliados europeus, mais tarde assumido pelos Estados Unidos e executado por Israel. Pois a história é esta: o projeto é colonial, europeu e eurocêntrico, em que Israel não é nada mais do que seu Estado fantoche, o pião executor.*

Isso é facilmente constatável, por exemplo, pela análise de Joseph Massad sobre a composição racial e colonial da agressão

- 1 Originalmente publicado em: *Las Página 12*, Buenos Aires, 15 ago. 2014. (N.A.)
- 2 Em julho de 2014, Israel realizou uma das mais violentas ofensivas contra a Palestina, resultando em mais de 2 mil palestinos e 71 israelenses mortos. (N.E.)

à Palestina. O autor evidencia a linha de continuidade que se inicia com o racismo aplicado pela Europa ao povo judeu e culmina na forma como hoje Israel representa, no Oriente Médio, a Europa e os Estados Unidos diante dos palestinos. Segundo Massad, os aliados europeus e estadunidenses, judeus e não judeus, que servem como voluntários no exército israelense, mostram claramente que Israel é hoje o abandeirado da superioridade branca, que discrimina não apenas os palestinos e os árabes israelenses, mas também os judeus não brancos, erguendo a bandeira do – eurocentrismo, do racismo e da colonialidade.<sup>3</sup> A respeito dessa mesma bandeira do Norte branco plantada na seção mais insubmissa e indigesta do mundo árabe, a Palestina, é bem interessante constatar que, para além das cifras exorbitantes que circularam nesses dias revelando o fluxo sustentado, ao longo de anos, de fundos e de armamentos enviados dos Estados Unidos para Israel – conforme evidenciam documentos vazados por Edward Snowden para o ex-jornalista do *The Guardian*, Glenn Greenwald –, provocam perplexidade e fornecem uma medida da fusão e da natureza indiscernível das relações carnavais entre Israel e os Estados Unidos, pois nos permitem descobrir que “Israel tem acesso direto à mais alta tecnologia militar estadunidense”.<sup>4</sup>

Assim, Israel coloca em risco não apenas a grande inteligência judaica – que, devido a sua humanidade despojada de laços e de lealdades militares e estatais, iluminou os caminhos da humanidade desde Spinoza ou mesmo antes –, como também o próprio bem-estar e a sobrevivência do povo judeu, já que, ao que tudo indica, poderá ser perseguido pela ira do mundo mais uma vez; um mundo que não tem critérios suficientes para discernir entre o que é um judeu e o que é uma máfia que opera a empresa avançada do aparelho militar estatal estadunidense.

3 J. Massad, “Jewish volunteers for racial supremacy in Palestine”, 2014. (N.A.)

4 RT News, “Obama’s ‘helplessness’ an act: Snowden reveals scale of US aid to Israel”, 4 ago. 2014. Disponível em <<https://www.rt.com/news/177716-us-israel-funding-aggression/>> Acesso em 10 jan. 2022. (N.A.)

Sem mencionar o risco que significa para a própria população de Israel, uma vez que, como confirmaram os representantes do governo do Norte em algumas ocasiões, os Estados Unidos não têm amigos, e sim sócios de interesses, e, essas alianças podem eventualmente caducar, como já aconteceu no passado recente.

Dito isso, a palavra “segurança”, repetida sem rodeios pela senhora embaixadora com sua ensaiada mansidão, torna-se mais risível. É impossível se convencer de que alguém terá “segurança” bombardeando o quintal de um primo. Depois do povo palestino, a principal vítima do grupo apropriador do Estado de Israel é o próprio povo judeu. A idolatria estatal não é mais do que um desvio da história judaica e um retorno ao evento bíblico da adoração do bezerro de ouro. Por fidelidade ao espírito dessa história, lembremos da referência ao significado do Estado do grande escritor I. L. Peretz, em seu discurso sobre a língua ídiche na abertura da Conferência de Czernowitz, em 1908:

O Estado ao qual eram oferecidos os povos pequenos e fracos, como outrora foram oferecidas crianças pequenas a Moloch; o Estado que, devido aos interesses das classes dominantes entre os povos, precisava tudo nivelar, igualar: um exército, uma língua, uma escola, uma política e um direito de polícia [...] O “povo” e não o Estado é a palavra moderna! A nação e não a pátria! Uma cultura peculiar e não fronteiras com caçadores guardando a vida peculiar dos povos [...] Queremos viver e criar nossos bens culturais e doravante jamais sacrificá-los aos falsos interesses do “Estado”, que é unicamente o protetor dos povos governantes e dominadores e o sanguessuga dos fracos e oprimidos!<sup>5</sup>

5 I. L. Peretz, Efenung-rede, em: Di Erschte Ídische Schprackh-konferentz, apud Guinsburg, J., *Aventuras de uma língua errante*. São Paulo: Perspectiva, 1996, p.160. Agradeço a Otávio Velho pela referência. (N.A.)

Hoje, por causa disso, ganha ímpeto uma luta mundial contra o controle teocrático do Estado de Israel, de seu racismo e seu colonialismo.

Apenas para revisar, bem por cima, alguns dados: desde 2005, Gaza sofre um bloqueio israelense marítimo e aéreo, e, desde 2007, também um bloqueio terrestre. Os palestinos encontram-se asfixiados no próprio território, impossibilitados de atravessar as fronteiras de Israel e do Egito. Muitos são vítimas de maus-tratos, em alguns casos até mortos, quando precisam ir a Israel para trabalhar ou obter assistência médica especializada. O bloqueio impede o ingresso de alimentos em Gaza, como massas, bolachas, chocolates ou lentilhas. Também impede a entrada de lápis de cor, papel e computadores, instrumentos musicais e bolas de futebol, assim como produtos de primeira necessidade como materiais de construção, papel higiênico, louça, agulhas, lâmpadas, lençóis, cobertores, sapatos, cadeiras de roda, colchões e linhas de pescar, entre muitos outros itens. No ano 2000, foram demolidas 20 mil moradias e 1,4 milhão de árvores frutíferas foram cortadas.<sup>6</sup> Israel detém o monopólio de todo o comércio para Gaza e cobra impostos sobre todos os produtos que ingressam na região, incluindo as doações internacionais. Também impede a exportação de produtos de Gaza tanto para Israel como para a Cisjordânia. Segundo Ezequiel Kopel: “Somente em 2012, as empresas israelenses faturaram US\$ 380 milhões a partir de produtos comercializados em Gaza.”<sup>7</sup> Em Gaza, 95% da água não é apta para consumo. Israel dispôs que “os habitantes devem se ‘conformar’ com a água da chuva e com as águas subterrâneas acumuladas sob o território”, as quais não são próprias para consumo por serem salinas e sujas. Dez por cento dos serviços e produtos urgentes devem ser adquiridos de

6 N. Armanian, “‘Pogromo’ palestino y ser mujer bajo el Gran Muro”, *Other News en español*, 31 jul. 2014. (N.A.)

7 E. Kopel, “La realidad de los datos de Gaza”, 4 ago. 2014, Disponível em: <<https://www.agenciapacourondo.com.ar/internacionales/la-realidad-de-los-datos-de-gaza>> Acesso em jun. 2022. (N.A.)

Israel, incluindo a eletricidade. Em 2006, Israel bombardeou e danificou a única usina elétrica de Gaza, e acabou por destruí-la completamente em 2014, privando a população da eletricidade, à exceção das poucas horas diárias em que podem utilizar a energia elétrica importada de Israel. Os habitantes da Faixa de Gaza não tem permissão para pescar em 85% da costa marítima da região, e apenas os 11 quilômetros de pior rendimento lhes são acessíveis, dentro de uma área de 6 milhas desde costa.<sup>8</sup> Conforme Kopel, “Israel permitia o contato de familiares entre Gaza e Cisjordânia somente em ‘casos humanitários excepcionais’”. Somam-se a isso a Lei da Propriedade de Ausentes e a Lei do Retorno, que representam um opróbrio para a inteligência jurídica mundial. A Lei da Propriedade de Ausentes legislou a transferência de moradias e propriedades palestinas a mãos israelenses. Através da Lei do Retorno, qualquer pessoa *do mundo* convertida ao judaísmo terá todas as facilidades para se mudar para Israel, além de fundos de apoio para se estabelecer e estudar, enquanto os mesmos direitos *não são concedidos* a um palestino ou uma palestina, moradores ancestrais daquele território. Os palestinos casados com estrangeiros também não estão autorizados a receber seus cônjuges em seu país, mas aos israelenses esse direito é garantido.<sup>9</sup> A lista de iniquidades é interminável. No entanto, no discurso mais divulgado pela mídia, parece ser legítimo que Israel busque a “segurança” de seus cidadãos, mas não que a população palestina busque a sua.

O mundo vê com receio a dimensão dessa agressão, que, apesar dos operativos militares, *revela-se mais próxima de uma invasão do que de uma guerra, pela falta de simetria radical: de um lado está o agressor, do outro quem se defende, ainda que os discursos midiáticos busquem apagar essa diferença inegável e inventem fórmulas discursivas com a intenção de obstruir, distrair e desviar a compreensão dos fatos.* Nessa

8 Ibid. (N.A.)

9 O. Rodrigues, “Israel, Palestina: cómo empezó todo”, 2014. (N.A.)

última investida, e exercendo ainda o direito legítimo de defesa, a reação palestina causou 27 vítimas no lado israelense, das quais 25 eram militares, enquanto, como é sabido, Israel matou quase 2 mil palestinos, dos quais mais de 80% eram civis. Segundo informou a Unicef, em 5 de agosto de 2014, 392 crianças foram mortas, 2.505 ficaram feridas e 370 mil precisam de ajuda psicológica com urgência. “A ofensiva teve um impacto catastrófico e trágico nas crianças”, comenta-se na mesma matéria.

Nesse cenário, o mais marcante, e o que, finalmente, leva ao meu argumento aqui, é que *nada pode ser feito*. A razão está do nosso lado, *mas a força não está*. E quando emerge essa dimensão agramatical da existência, quando emerge a anomia, tudo o que resta é o terror e o grito, que, como na famosa obra de Edvard Munch, não passa de uma careta muda. Nada nem ninguém pode intervir para proteger um povo que se tornou um inerte espectador de seu próprio extermínio. Seu grito, como afirmei em uma matéria publicada neste mesmo jornal em 2009,<sup>10</sup> é um grito inaudível, incapaz de chegar a seu destino.

Aqui e lá, tenho insistido na importância de perceber, além da dimensão instrumental, material e imediatista da violência, sobretudo a *dimensão expressiva*, que é também, ao final, mediatamente utilitária, destinada a construir o poder de uma forma superlativa e, poderíamos dizer, final. A agressão a Gaza precisa ser submetida a esse escrutínio, a essa “escuta”. O que pode ser observado no sustentado despejo dos palestinos de suas terras, na violação de seus direitos à propriedade, à saúde, à água, à vida? O que resulta da impossibilidade de pôr fim à insensatez da violência massiva, excessiva, indiscriminada, irracional, apesar de todas as vozes que se levantam no mundo, apesar de todos

10 R. Segato, “El grito silencioso”, *Las 12*, 2009. (N.A.)

os argumentos éticos? Pois estamos diante de uma *pedagogia do arbítrio e da crueldade, que é uma ameaça contra todos os povos do mundo*. Nesse sentido, bem concreto, *somos todos palestinos*, porque a subjugação da Palestina, sem qualquer restrição legal, inaugura uma fase da história na qual o autoritarismo, o controle ditatorial, arbitrário e forçado foram globalizados. Tínhamos medo das ditaduras setentistas em diversos países e regiões, e agora temos uma mão ditatorial de espectro global exibida diante dos olhos do mundo: estamos todos expostos à sua patrulha, à sua discricção, ao seu poder de tortura e morte. Acabamos de descobrir que *não há lei ou que, na verdade, a única lei é a força*. Acabamos de descobrir que vivemos em um mundo anômico, onde nada é capaz de deter a letalidade dos mais fortes. Chegamos a uma fase cínica da história, na qual a força é razão necessária e suficiente, sem qualquer obrigação de responder até à ficção da legalidade, nem sequer à referência à norma como uma gramática que organiza a confiança e a previsibilidade nas relações entre as nações. Somente uma luta decolonial em escala mundial contra o caráter teocrático do controle estatal de Israel, do racismo e da colonialidade do poder pode oferecer uma saída para o genocídio em curso e para a ameaça que ele representa para toda a humanidade.

## Bibliografia

**ARMANIAN, Nazanín.** "'Pogromo' palestino y ser mujer bajo el Gran Muro", in *Other News em español*, 31 jul. 2014.

**KOPEL, Ezequiel.** "La realidad de los datos de Gaza". 4 ago. 2014. Disponível em <<https://www.agenciapacourondo.com.ar/internacionales/la-realidad-de-los-datos-de-gaza>>. Acesso em jun. 2022.

**MASSAD, Joseph.** "Jewish volunteers for racial supremacy in Palestine", in *The Electronic Intifada*, 4 ago. 2014. Disponível em <http://electronicintifada.net/content/jewish-volunteers-racial-supremacy-palestine/13695>. Acesso em out. 2022.

**PERETZ, I. L.** "Efenung-rede", in Di Erschte Íidische Schprackh-konferenz, apud Guinsburg, J. *Aventuras de uma língua errante*. São Paulo: Perspectiva, 1996, p. 160.

**RT NEWS.** "Obama's 'helplessness' an act: Snowden reveals scale of US aid to Israel", in *RT News*. Disponível em <http://rt.com/news/177716-us-israel-funding-aggression/>. Acesso em out. 2022.

**RODRÍGUES, Olga.** "Israel, Palestina: cómo empezó todo", in ALAI América Latina, 25 jul. 2014.

**SEGATO, Rita.** "El grito silencioso", *Las 12*, 23 jan. 2009, p. 12.